

Mantido o voto proporcional para eleição de Deputados



Constituintes cercam a Mesa, presidida pelo Deputado Ulysses Guimarães

BRASÍLIA — Os defensores da adoção do voto distrital no Brasil sofreram duas derrotas consecutivas ontem, quando o plenário da Constituinte manteve o sistema proporcional para a eleição dos Deputados federais. Na primeira votação, foi rejeitada a opção pelo sistema eleitoral misto; e na segunda, a possibilidade de deixar a definição do assunto para o Congresso, através de lei complementar.

O sistema eleitoral foi a primeira matéria a ser apreciada pelo plenário dentro do Título IV, dedicado à Organização dos Poderes e Sistema de Governo. Os Líderes do PTB, Deputado Gastone Righi, e do PDS, Deputado Amaral Netto, tentaram impedir o início da votação do Título antes de solucionado o caso do "buraco negro" formado pela rejeição do direito de greve para o funcionalismo público, na sessão de segunda-feira. Mas o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, decidiu seguir adiante, sob a justificativa de que não há vinculação entre as matérias que impeça a continuidade do exame do projeto constitucional.

O texto do Centrão para o Capítulo I (Do Poder Legislativo), idêntico ao da Comissão de Sistematização, foi aprovado, ressalvados os destaques, por 359 votos contra 81 e seis abstenções.

Tendo em vista a preocupação de alguns Constituintes, Ulysses esclareceu que as menções ao sistema parlamentarista encaixadas no texto — como, por exemplo, a possibilidade de dissolução da Câmara — serão eliminadas no momento oportuno, caso o plenário decida pela manutenção do presidencialismo.

A adoção do voto distrital foi apresentada através da fusão de emendas dos Deputados Orlando Bezerra (PFL-CE), Osvaldo Macedo (PMDB-PR), Fausto Fernandes (PMDB-PA) e Adilson Motta (PDS-RS). Segundo a proposta, caberia à legislação ordinária fixar uma fórmula mista de voto distrital e proporcional. Ao defendê-la, Osvaldo Macedo disse que a introdução do distrital seria uma solução para a crise de legitimidade da representação política.

Contra o voto distrital, o Deputado José Genoíno (PT-SP) argumentou que ele "favorece a preservação dos currais eleitorais, do empreguismo e

do clientelismo como práticas de captação de voto". Na mesma linha, o Deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) disse que o distrital "não assegura estabilidade política, mas transforma-se num casuismo destinado a garantir a reeleição dos mesmos políticos".

Os Líderes do PTB, PDT, PCB, PC do B e PDC pronunciaram-se contra a inovação, temendo que ela resulte no aniquilamento dos pequenos partidos, que em geral elegem Deputados com "votos pingados" em todos os Municípios e com grande participação do voto ideológico, que dificilmente consegue impor-se num só distrito.

O Relator Bernardo Cabral ficou com o texto do Centrão e reagiu con-

tra a vinculação que se procurou estabelecer entre voto distrital e parlamentarismo e voto proporcional e presidencialismo. Cabral alegou que Portugal e Espanha são parlamentaristas com sistema proporcional, enquanto nos Estados Unidos o presidencialismo convive com o sistema distrital.

A proposta resultante da fusão de emendas teve 142 votos a favor, 340 contrários e 11 abstenções. Em seguida, foi apreciada emenda do Senador José Richa (PMDB-PR) e do Deputado Arnaldo Martins (PMDB-RO) deixando o sistema eleitoral para ser definido pela legislação complementar. O resultado confirmou a votação anterior: 143 a favor, 323 contra e cinco abstenções.

Texto aprovado pode sofrer mudanças

BRASÍLIA — O texto referente ao Poder Legislativo, definido ontem pela Assembléia Nacional Constituinte, poderá ser alterado antes mesmo do segundo turno de votação, caso seja aprovado o sistema presidencialista de governo, afirma o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães. O dispositivo aprovado faz menção ao sistema parlamentarista.

Os presidencialistas, de acordo com o Senador Marco Maciel (PFL-PE), tentaram, em vão, um acordo para que a pauta fosse invertida e o sistema de governo definido antes da votação do capítulo sobre o Poder Legislativo. No entanto, ficou acertado que o Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), fará mudanças substanciais no texto se o presidencialismo for aprovado, informou o Líder do PDT, Deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ).

O Deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) quis deixar isso claro. Ele aproveitou o encaminhamento da votação para ressaltar que os presidencialistas votariam a favor do texto, mas com a ressalva de que serão feitas alterações caso seja aprovado o presidencialismo.

O Senador Humberto Lucena (PMDB-PB), Presidente do Congresso e um dos autores da emenda presidencialista, afirmou que não serão necessárias alterações substanciais no texto aprovado. Para ele, bastam pequenas adaptações para que qualquer menção ao parlamentarismo seja completamente retirada do texto. Da mesma forma se manifestou o Deputado Oscar Corrêa (PFL-MG). Segundo ele, não haverá obstáculo para que sejam feitas as adequações antes mesmo do início da votação do segundo turno.

Newton garante que bancada de Minas votará pelos 5 anos

BELO HORIZONTE — O Governador Newton Cardoso, disse ontem que prometeu ao Presidente José Sarney a maioria dos votos dos Constituintes de Minas Gerais em favor do mandato de cinco anos. Newton não quis precisar quantos dos 35 Deputados federais de Minas fecham com a proposta de um mandato presidencial de cinco anos, mas reconheceu que nos quadros do PMDB mineiro existem dissidentes.



Newton: 'Não queremos nada em troca'

— Tenho um grande apoio em Minas Gerais e o transformaremos em votos pelos cinco anos. Assumimos o compromisso sem querer nada em troca. O que está aí colocado é a eficiência do Governo, a austeridade implantada — explicou.

Sobre o sistema de governo, entretanto, Newton Cardoso disse que a questão não foi tema de acerto com sua bancada. Ele frisou que esta é uma questão mais abrangente, "que não se restringe aos interesses do PMDB".

— Vários partidos como o PT, o PDT e parcela do PMDB estão empenhados na aprovação do sistema presidencialista — afirmou.

Mesmo contrariado com a pergunta do repórter, o Governador admitiu a possibilidade de o parlamentarismo servir como uma saída para o impasse na negociação do mandato de cinco anos para o Presidente José Sarney.

— Pode ser uma saída, mas não uma solução — avaliou, para em seguida afirmar que está muito preocupado com o futuro do País, principalmente depois da elaboração da nova Carta.

Avaliando o seu primeiro ano de Governo, Newton Cardoso afirmou que, apesar das enormes dificuldades financeiras, Minas destacou-se como o Estado que realizou o maior número de obras públicas. O Governador autorizou ontem todo o seu Secretariado a elaborar projetos específicos para suas pastas, que serão enviados a Brasília. Newton prevê para este ano a liberação de um grande volume de recursos.

Deputado defende punição a faltosos

BRASÍLIA — O Deputado Maguito Vilela (PMDB-SP) apresentou ontem à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte um projeto de resolução dispondo sobre a suspensão, por 90 dias, do mandato do parlamentar que faltar a três sessões consecutivas ou a cinco alternadas. A proposta determina a perda do subsídio e a convocação do suplente durante a suspensão, além da anulação do mandato dos reincidentes.

Trata-se da segunda iniciativa contra os Constituintes faltosos: a primeira, do Deputado Paulo Delgado (PT-MG), determina a perda do mandato antes mesmo da reincidência.

O problema das ausências no plenário da Assembléia Nacional, onde raramente são vistos mais que 400 dos seus 559 membros, foi abordado na sessão de ontem por vários parlamentares. O Deputado Mendes Ribeiro (PMDB-RS) lembrou, da tribuna, que na última segunda-feira "emendas importantíssimas caíram porque 191 Constituintes estiveram ausentes".

— Acho que quem tem telhado de vidro não pode atirar pedra no do vizinho. Ou a gente se respeita ou não pode exigir respeito — disse Mendes.

O Deputado Francisco Kuster (PMDB-SC) também considerou lamentável que menos de 400 parlamentares tenham comparecido às primeiras votações desta semana. Ele pediu à Mesa, em discurso, mais rigor em relação aos ausentes.

O mesmo assunto foi abordado pelo Deputado Solon Borges dos Reis (PTB-SP), que criticou a Mesa por ter concedido, ontem à tarde, a palavra aos Constituintes para pronunciamentos diversos. Solon lembrou que até então essa prática se restringia às sessões matutinas da Assembléia Nacional.

— Não há mais necessidade do chamado pinga-fogo. Há necessidade, isto sim, de votar — disse Solon, pedindo à Mesa o imediato início da votação.